

Conhecimentos Gerais

01- Em 11 de fevereiro de 1998, o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional a Mensagem 180/98, relativa ao projeto de lei que "Institui o Plano Nacional de Educação". São objetivos do PNE, exceto:

- a) A democratização da gestão do ensino público.
- b) A elevação global do nível de escolaridade da população.
- c) A melhoria da qualidade do ensino com foco exclusivo na educação básica.
- d) A redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública.

02- De acordo com o disposto na lei Nº 11.494, de 20 de junho de 2007 que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – mais conhecido como FUNDEB, à natureza do FUNDEB é:

- a) Legislativa.
- b) Contábil.
- c) Executiva.
- d) Judiciária.

03- A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN estabelece as diretrizes e bases para a educação no Brasil, em seu artigo oitavo ela dispõe sobre a organização da educação nacional, distribuída entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino. Assinale a alternativa que não corresponde a uma competência dos Municípios:

- a) Organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados.
- b) Oferecer à educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.
- c) Assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio.
- d) Autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino.

04- Em janeiro de 2008, a nova “Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva” da SEESP/MEC é publicada, passando a orientar os sistemas educacionais para a organização dos serviços e recursos da Educação Especial de forma complementar ao ensino regular, como oferta obrigatória e de responsabilidade dos sistemas de ensino. Essa Política resgata o sentido da Educação Especial expresso na Constituição Federal de 1988, que interpreta esta modalidade não substitutiva da escolarização comum e define a oferta do atendimento educacional especializado – AEE em todas as etapas, níveis e modalidades, preferencialmente no atendimento à rede pública de ensino. Dado o caráter complementar dessa modalidade e sua transversalidade em todas as etapas, níveis e modalidades, a Política visa atender alunos com:

- a) Apenas deficiência, altas habilidades/superlotação.
- b) Apenas transtornos globais do desenvolvimento e deficiência.
- c) Apenas altas habilidades/superdotação.
- d) Deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

05- Assinale a alternativa que mais se assemelha a concepção pedagógica de Paulo Freire:

- a) A educação para o autor tem dois aspectos considerados essenciais: o desenvolvimento das potencialidades naturais da criança e seu afastamento dos males sociais. De acordo com ele a sensibilidade do jovem deveria ser educada.
- b) O bom professor precisa seguir cinco passos formais para alcançar êxito na aprendizagem escolar de seus alunos: a preparação, a apresentação do novo argumento, a associação, a integração sistêmica e o método ou aplicação.
- c) A escola apresenta conhecimentos interessados e desinteressados que estariam em busca da libertação do homem a partir da visão da classe dominada. Assim, compreende as relações educacionais na escola, como um dos instrumentos de opressão.
- d) Os métodos deveriam, assim, explorar a curiosidade, as dúvidas e incertezas, a continuidade das ideias, a investigação, a observação e a experimentação. O ensinar e o aprender são para o autor “atos correlativos”, afinal “não se pode dizer que se ensinou, se ninguém aprendeu”.

06- A ANA, um dos instrumentos do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), avalia os níveis de alfabetização e letramento em língua portuguesa, a alfabetização em matemática e as condições de oferta do ciclo de alfabetização das redes públicas. Estudantes do ensino fundamental que passam por essa avaliação:

- a) Alunos do 2º ano do fundamental.
- b) Alunos do 3º ano do fundamental.
- c) Alunos do 4º ano do fundamental.
- d) Alunos do 5º ano do fundamental.

07- A Prova Brasil e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) são avaliações para diagnóstico, em larga escala, desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC). A prova Brasil tem como objetivo:

- a) Avaliar a prática docente em sala de aula.
- b) Avaliar a qualidade da instituição educacional do sistema regular de ensino.
- c) Avaliar a administração pedagógica da escola e o rendimento dos professores da rede nacional de ensino.
- d) Avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos.

08- De acordo com o decreto 7.352/2010 caberá à União criar e implementar mecanismos que garantam a manutenção e o desenvolvimento da educação do campo nas políticas públicas educacionais, com o objetivo de superar as defasagens históricas de acesso à educação escolar pelas populações do campo, visando, exceto:

- a) A organização do calendário escolar de acordo com as fases do ciclo produtivo e as condições climáticas de cada região.
- b) Fomentar educação básica na modalidade educação de jovens e adultos, integrando qualificação social e profissional ao ensino fundamental.
- c) Garantir o fornecimento de energia elétrica, água potável e saneamento básico, bem como outras condições necessárias ao funcionamento das escolas do campo.
- d) Contribuir para a inclusão digital por meio da ampliação do acesso a computadores, à conexão à rede mundial de computadores e a outras tecnologias digitais, beneficiando a comunidade escolar e a população próxima às escolas do campo.

09- A Lei nº 11.645/2008 altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática:

- a) História e Cultura Euro-Brasileira e Indígena.
- b) História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.
- c) Arte e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.
- d) História da Arte Euro-Brasileira e Indígena.

10- Os Parâmetros Curriculares Nacionais trazem orientações para o ensino das disciplinas que formam a Base Curricular Nacional e propõem, exceto:

- a) A organização da escolaridade em ciclos.
- b) A obrigatoriedade de cumprir com os conteúdos abordados.
- c) Um compromisso com o fortalecimento da cidadania.
- d) A abordagem de temas transversais para todas as disciplinas.

Conhecimentos Específicos

11- Partindo da ideia de que o Brasil busca a “Escola para Todos”, criou-se há mais de 19 anos, a legislação brasileira, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9394 (1996) que assegura:

- a) A matrícula compulsória de alunos com deficiência na rede regular de ensino.
- b) O ensino gratuito, em escolas particulares, de alunos com deficiência.
- c) A matrícula compulsória de alunos com deficiência na rede regular de ensino particular.
- d) A matrícula compulsória de alunos na rede de ensino.

12- Para uma escola que pretende trabalhar com a diversidade a elaboração do currículo deve prever as adaptações, admitindo flexibilizações que oportunizem adequar a ação pedagógica às necessidades particulares de cada um. A educação inclusiva requer:

- a) A educação inclusiva requer um currículo fixo, que permita a realização do fazer pedagógico às necessidades dos alunos e ser um recurso para promover o desenvolvimento e a aprendizagem dos mesmos.
- b) A educação inclusiva requer um currículo diversificado, que permita mudar o fazer pedagógico às necessidades dos alunos e ser um recurso para promover o desenvolvimento e a aprendizagem dos mesmos.
- c) A educação inclusiva requer um currículo dinâmico, que permita ajustar o fazer pedagógico às necessidades dos alunos e ser um recurso para promover o desenvolvimento e a aprendizagem dos mesmos.
- d) A educação inclusiva requer um currículo fixo, que permita ajustar o fazer pedagógico às necessidades dos alunos regulares e ser um recurso para promover o desenvolvimento e a aprendizagem dos mesmos.

13- Deve-se considerar que as pessoas com deficiência são pessoas como quaisquer outras, que possuem seus direitos e deveres e que apesar de suas peculiaridades e singularidades, lutam pelo seu reconhecimento, respeito, valorização e autonomia. A Declaração Universal dos Direitos Humanos - Resolução nº 217, em seu Artigo II, menciona que:

- a) Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

- b) A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular.
- c) O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para a plena participação dos alunos considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e ou suplementa a formação dos alunos com visitas à autonomia e independência na escola e fora dela.
- d) Define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

14- A educação especial como modalidade de ensino ainda está se difundindo no contexto escolar. Para que se torne efetiva, precisarão dispor de redes de apoio que complementem o trabalho do professor. Atualmente, as redes de apoio existentes são compostas pelo:

- a) Atendimento Especial Profissional.
- b) Atendimento Educacional Especializado.
- c) Atendimento Profissional Especializado.
- d) Atendimento Profissional Especial.

15- Na sala de aula inclusiva, considera-se que os conteúdos escolares são considerados objetos da aprendizagem, aos alunos cabe atribuir significados e construir conhecimentos e o professor assume a função de mediar esse processo. Neste caso, qual o papel do educador:

- a) O papel do educador é interagir junto aos alunos.
- b) O papel do educador é conviver com os alunos.
- c) O papel do educador é intervir nas atividades que o aluno ainda não tem autonomia para desenvolver sozinho.
- d) O papel do professor é produzir junto aos alunos conteúdos para atividades.

16- O conjunto de recursos que, de alguma maneira, contribuem para proporcionar às pessoas com necessidades especiais maior independência, qualidade de vida e inclusão social. Esses recursos vão desde uma bengala, um par de óculos, uma cadeira de roda, até complexos sistemas computadorizados que permitem o controle do ambiente. Esse conjunto de recursos se dá pelo nome de:

- a) Tecnologia Assistiva.
- b) Tecnologia Cinematográfica.
- c) Tecnologia do Transporte.
- d) Tecnologia da Computação.

17- Para garantir o direito de todos os alunos, independente de sua condição, de estarem juntos participando e aprendendo, sem ser discriminado, o Ministério da Educação apresenta a:

- a) Política Nacional da Inclusão.
- b) Política Nacional da Educação Especial.
- c) Política Nacional da Educação Especial da Educação.
- d) Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

18- O objetivo do AEE é preparar os alunos para desenvolver habilidades e utilizar instrumentos de apoio que facilitem seu desenvolvimento. Normalmente essas aulas são oferecidas em salas de recursos multifuncionais, que são salas equipadas com:

- a) Materiais fisiológicos e pedagógicos que venham a completar o ensino e facilitar a aprendizagem.
- b) Materiais pedagógicos e tecnologias que venham a complementar o ensino e facilitar a aprendizagem.
- c) Materiais pedagógicos e psicológicos que venham a complementar o aprendizado e aliviar a aprendizagem.
- d) Materiais tecnológicos e psicológicos que venham a complementar o ensino e facilitar a aprendizagem.

19- Segundo o Decreto nº. 3298/99 – Regulamenta a Lei 7853/89, considera o conceito de Deficiência como:

- a) Toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado para o ser humano.
- b) Aquela doença que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos.
- c) Uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidades de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida.
- d) Aquela doença que cause dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção.

20- De acordo com o MEC, qual o objetivo da Declaração de Salamanca?

- a) É informar sobre políticas e guiar ações governamentais, de organizações internacionais ou agências nacionais de auxílio, organizações não governamentais e outras instituições na implementação da Declaração de Salamanca sobre princípios, política e prática em Educação Especial.
- b) É informar sobre políticas e guiar ações municipais, de organizações nacionais ou agências de auxílio, organizações governamentais e outras instituições na implementação da Declaração de Salamanca sobre princípios, política e prática em Educação Especial.
- c) É informar sobre políticas e guiar ações governamentais, de organizações estaduais ou agências internacionais de auxílio, organizações não governamentais e outras instituições na implementação da Declaração de Salamanca sobre princípios, política, esportes e a prática em Educação Especial.
- d) É informar sobre políticas e guiar ações governamentais, de organizações nacionais ou agências locais de auxílio, organizações não governamentais e outras instituições na implementação da Declaração de Salamanca sobre princípios, política e prática em Educação Especial.